



## CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

## ATA DE REUNIÃO

## Ata da 16ª Plenária do Conselho Federal de Psicologia

20 de Janeiro de 2024

## Plenária Ordinária

1 Ao vigésimo dia do mês de janeiro de dois mil e vinte e quatro, às 09:09h (nove horas e nove minutos),  
2 iniciou-se o segundo dia da Décima Sexta Plenária Ordinária, realizada de forma híbrida, do Décimo  
3 Nono Plenário do Conselho Federal de Psicologia. Ivani Francisco de Oliveira inicia a reunião saudando  
4 as<sup>1</sup> participantes, justificou as ausências, e disse que esta é a primeira plenária do ano de 2024 (dois mil  
5 e vinte e quatro) e que temos todo um ano pela frente com muitas ações a serem realizadas. Izabel  
6 Augusta Hazin Pires comentou sobre a nova configuração da plenária no dia de sábado em que somente  
7 estão presentes os Gerentes que possuem pontos de pauta a serem discutidos e a equipe técnica que  
8 realiza os trabalhos administrativos. Participou de forma presencial: Alessandra Santos de Almeida,  
9 Antônio Virgílio Bittencourt Bastos, Carolina Saraiva, Célia Mazza de Souza, Clarissa Paranhos Guedes,  
10 Fabiane Rodrigues Fonseca, Gabriel Henrique Pereira de Figueiredo, Ivani Francisco de Oliveira, Izabel  
11 Augusta Hazin Pires, Jefferson de Souza Bernardes, Juliana de Barros Guimarães, Maria Carolina Fonseca  
12 Barbosa Roseiro, Marina de Pol Poniwas, Neuza Maria de Fátima Guareschi, Nita Tuxá, Roberto  
13 Chateaubriand Domingues, Rosana Mendes Éleres de Figueiredo. Participou de forma remota: Carla  
14 Isadora Barbosa Canto e Raquel Souza Lobo Guzzo. Passou-se à discussão dos pontos de pauta. **Ponto 3.**  
15 **PERIODICIDADE DE ENCONTROS RESERVADOS ENTRE O XIX PLENÁRIO (ponto inserido na hora).** Ivani  
16 Francisco de Oliveira comentou que no dia de ontem pela manhã foi realizado um momento somente  
17 com as conselheiras e que foi um momento muito produtivo e perguntou à plenária se este pode se  
18 repetir, e em qual periodicidade. Neuza Maria de Fátima Guareschi considerou que as plenárias podem  
19 ser realizadas nos dias de quinta e sexta-feira. O plenário disse ser inviável, pois muitas conselheiras  
20 trabalham no dia de quinta-feira. Rosana Mendes Éleres de Figueiredo considerou o momento muito  
21 produtivo, extremamente importante, mas que é preciso avaliar a extensão da pauta a ser discutida.  
22 Ivani Francisco de Oliveira sugeriu que podemos deixar o espaço de diálogo em todas as plenárias, desde  
23 que a pauta não seja extensa. Izabel Augusta Hazin Pires ponderou ser importante este momento de  
24 diálogo, mas que é preciso avaliar o contexto. **Encaminhamentos:** Foi deliberado que, a cada reunião  
25 plenária, haverá um espaço reservado para diálogo interno. Caso a pauta esteja muito extensa, o  
26 Plenário avaliará se mantém ou não o espaço de modo a não prejudicar a discussão dos pontos. **Ponto 4.**  
27 **REPRESENTAÇÃO DO CFP NA Câmara Nacional de Residência Multiprofissional (Ponto Inserido na**  
28 **hora).** Jefferson de Souza Bernardes informou que o Conselho Federal de Psicologia não está mais na  
29 representação da Câmara Nacional de Residência Multiprofissional, pois o mandato é de 1 (um) ano e  
30 que tentaram continuar na representação, mas não foi possível. **Encaminhamento:** A Gerência de  
31 Relações Institucionais deve atualizar as representações. **Ponto 5. DESIGNAÇÃO DE RELATOR(A) PARA**  
32 **PROCESSO ADMINISTRATIVO EM GRAU DE RECURSO (Processo Sei nº 576600020.002521/2023-39).**  
33 Processo Administrativo oriundo do CRP 06, recurso referente à obtenção de título de especialista em  
34 Psicologia de Tráfego. Juliana de Barros Guimarães informou que não necessariamente a conselheira de  
35 referência da temática deve ficar responsável pela relatoria dos processos administrativos. Ylo Fraga  
36 comentou sobre o modelo de distribuição dos processos administrativos que estão adotando, a saber,  
37 semelhante ao modelo de distribuição adotado pela SOE. **Encaminhamento:** Foi designada Clarissa  
38 Paranhos Guedes para relatoria do processo do CRP 06. **Ponto 6. DESIGNAÇÃO DE RELATOR(A) PARA**  
39 **PROCESSO ADMINISTRATIVO EM GRAU DE RECURSO (Processo Sei nº 576600020.002520/2023-94).**  
40 Processo Administrativo oriundo do CRP 06, recurso referente à obtenção de título de especialista em  
41 Psicologia de Tráfego. **Encaminhamento:** Foi designada Marina Poniwas para relatoria do processo CRP  
42 06. **Ponto 7. INDICAÇÃO DE CONSELHEIRA (O) PARA LEITURA E APRECIACÃO DA REFERÊNCIA TÉCNICA**  
43 **PARA ATUAÇÃO DE PSICÓLOGAS(OS) NO ATENDIMENTO À MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA**  
44

45 **(Processo Sei nº 576600012.000011/2022-45)**. Alessandra Santos de Almeida contou que a comissão de  
46 especialistas responsável pela elaboração da Referência Técnica para Atuação de Psicólogas(os) no  
47 Atendimento a Mulheres em situação de Violência finalizou a primeira versão do documento. Ela  
48 pontuou que esta referência foi muito desafiadora e que seria interessante que mais de uma conselheira  
49 pudesse ler a referência técnica e pudesse opinar. Mateus Casteluccio (Crepop) informou que a  
50 referência entrou em consulta pública, até o final de fevereiro de 2024 (dois mil e vinte e quatro), e  
51 explicou os trâmites de funcionamento das referências e salientou que, designando-se conselheira do  
52 plenário para realizar a leitura, a referência não precisará retornar para a comissão, e que esta  
53 conselheira pode apresentar as suas considerações ao plenário do Conselho Federal de Psicologia.  
54 Clarissa Paranhos Guedes e Marina de Pol Poniwas farão a leitura. Alessandra Santos de Almeida disse  
55 que tentaram dar uma perspectiva mais “mulheridades” a esta referência e que seria interessante uma  
56 diversidade de visão. Carolina Saraiva se colocou à disposição para a leitura, pois possui experiência na  
57 área. E sugeriu que todas as mulheres realizem a leitura. Nita Tuxá se colocou à disposição Izabel Augusta  
58 Hazin Pires lembrou que foi aprovada a elaboração de a cartilha sobre violência psicológica e que o  
59 lançamento deve ser realizado o mais breve possível. Alessandra Santos de Almeida referiu que é  
60 importante esta resposta rápida e que poderia replicar a mesa que foi realizada no Germinário com o  
61 professor José Raimundo que é autor de pesquisa sobre a violência psicológica. Pediu também que o  
62 plenário avaliasse como as mulheres deficientes foram representadas e pediu que as conselheiras que  
63 cuidam do tema de pessoas com deficiência leiam a referência também. E que o lançamento da  
64 referência técnica deve ser realizado em uma data simbólica. Mateus Casteluccio disse que havia  
65 pensado no lançamento em abril, mas a GCom ponderou que a data está muito próxima, então nova  
66 data será proposta. Ivani Francisco de Oliveira sugeriu que as conselheiras Alessandra Santos de Almeida  
67 e Clarissa Paranhos Guedes retomem a atividade de elaboração da cartilha sobre a violência psicológica.  
68 **Encaminhamentos:** 1) Clarissa Paranhos Guedes, Marina de Pol Poniwas, Carolina Saraiva e Nita Tuxá  
69 foram indicadas pelo Plenário para leitura e apreciação da minuta de referência técnica do Crepop. 2)  
70 Todas as conselheiras foram convidadas a fazer a leitura do documento. 3) O lançamento da RT deve  
71 acontecer em uma data simbólica. 4) Deve-se retomar a elaboração da Cartilha sobre Violência  
72 Psicológica, convidando as participantes do Germinário. Conselheiras de referência: Alessandra Santos  
73 de Almeida e Clarissa Paranhos Guedes. O ponto **ABRAPESP ENCAMINHA CARTA AO SISTEMA**  
74 **CONSELHOS DE PSICOLOGIA E RECOMENDA CRIAÇÃO DE GT DE PSICOLOGIA DO ESPORTE**. Foi retirado  
75 de pauta pois já havia sido discutido em plenária. **Ponto 8. PROPOSIÇÃO DE TRANSIÇÃO DE**  
76 **RESPONSABILIDADES EM COMISSÕES DE TRABALHO (Processo Sei nº 576600004.000010/2024-61)**.  
77 Fabiane Rodrigues Fonseca informou que estará se afastando temporariamente das atividades junto ao  
78 CFP, a partir de março. Sendo assim, faz-se necessário, definir qual a conselheira que será responsável  
79 pelas temáticas sob sua responsabilidade, e que em algumas delas ela divide a responsabilidade com  
80 Rosana Mendes Éleres de Figueiredo. As comissões que precisam de substituição são: 1. GT de Revisão  
81 da Resolução 18/2002: Atividade voltada para revisão e atualização das normativas pertinentes ao  
82 exercício da psicologia em relação ao preconceito e a discriminação racial. 2. RT Crepop Quilombolas:  
83 Abordagem de temas relacionados às demandas e especificidades das populações quilombolas. 3. RT  
84 Crepop Pessoa Idosa: Trabalho centrado em questões específicas relacionadas ao público idoso. Disse  
85 também que ela faz parte também da CCAT, mas a indicação ficará à cargo da Diretoria do Conselho  
86 Federal de Psicologia. Ela contou que já teve conversa antecipada com a conselheira Rosana Mendes  
87 Éleres de Figueiredo e está trazendo o assunto na plenária de janeiro, pois entende que é preciso uma  
88 conversa antecipada com as comissões e realizar o processos de transição. Rosana Mendes Éleres de  
89 Figueiredo disse que é muito gratificante trabalhar com a conselheira Fabiane Fonseca e está  
90 lamentando o afastamento . Ponderou que a grande preocupação é com a referência dos povos  
91 quilombolas e pensa que a conselheira Carolina Saraiva será a melhor indicação para contribuir, e  
92 perguntou se o plenário tem outra pessoa para indicar. Fabiane Rodrigues Fonseca disse que todos  
93 têm capacidade profissional de opinar em diversas temáticas, mas que Carolina Saraiva é de  
94 comunidade tradicional e é a melhor indicação do plenário. Pensa que a referência técnica de pessoa  
95 idosa pode ser conduzida por Rosana Mendes Éleres de Figueiredo, mas pensa que é importante mais  
96 alguém do plenário contribuir. Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro pensa que é indispensável que a  
97 conselheira Rosana Éleres permaneça onde está e que é uma perda para o plenário a licença da  
98 conselheira Fabiane. Se colocou à disposição para contribuir na Referência Técnica de pessoas idosas,  
99 pois acompanhou a pauta por um tempo no Conselho Regional de Psicologia da 16ª região. Carolina  
100 Saraiva aceitou ser a responsável na referência sobre os povos quilombolas. Sobre a Resolução CFP  
101 18/2002 comentou que há muitas conselheiras que podem colaborar, mas que pode auxiliar desde que

102 não seja a conselheira responsável. Nita Tuxá informou que pode ser a conselheira responsável pela  
103 Resolução CFP nº 18/2002. Ivani Francisco de Oliveira salientou que a entrada da conselheira Nita Tuxá  
104 como responsável pela Resolução 18/2002 é um ganho enorme e lembrou a campanha que foi realizada  
105 no ano de 2004: “Todo racismo é uma forma de violência”. Izabel Augusta Hazin Pires informou que a  
106 indicação para compor a CCAT é feita pela Diretoria e indicou o conselheiro Antônio Virgílio Bittencourt  
107 Bastos. Ele aceitou. **Encaminhamentos:** A) Foram designadas as(os) seguintes Conselheiras(os) para  
108 substituir Fabiane Fonseca: 1- GT de Revisão da Resolução 18/2002: Conselheira: Nita Tuxá. 2- RT Crepop  
109 Quilombolas: Abordagem de temas relacionados às demandas e especificidades das populações  
110 quilombolas: Conselheira: Carolina Saraiva; 3- RT Crepop Pessoa Idosa: Trabalho centrado em questões  
111 específicas relacionadas ao público idoso. Conselheira(o): Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro. B) A  
112 Diretoria indicou o Conselheiro Virgílio Bastos para substituí-la na CCAT. **Ponto 9. INDICAÇÃO DE**  
113 **ESPECIALISTAS PARA COMPOR A COMISSÃO AD-HOC DE ELABORAÇÃO DA REFERÊNCIA TÉCNICA PARA**  
114 **ATUAÇÃO DE PSICÓLOGAS(OS) COM POVOS TRADICIONAIS- REVISÃO (Processo Sei nº**  
115 **576600012.000125/2023-76).** Carolina Saraiva contou que o Crepop recebeu a demanda da criação da  
116 comissão responsável pela elaboração da revisão da Referência Técnica para atuação de Psicólogas(os)  
117 com Povos Tradicionais e está como responsável pela comissão e coordenação das atividades. Disse que  
118 já trouxeram algumas indicações para a composição da comissão e que há o entendimento de que não é  
119 preciso que a comissão que participou da primeira versão seja a mesma. A composição da comissão que  
120 foi pensada é que são pessoas comprometidas com a pauta e que não há como não ser pessoas de povos  
121 tradicionais. Ivani Francisco de Oliveira referiu que estavam buscando uma psicóloga cigana que  
122 conheceram na Abrapso, mas que não possuem o seu contato. E que é interessante a consulta a ela  
123 devido à necessidade de representação coletiva. E se não for possível localizar o seu contato, que seja  
124 buscada outra profissional. Carolina Saraiva disse que conhece psicólogas ciganas, mas que algumas não  
125 demonstraram interesse devido a sua rotina e especificidades deste povo. Ivani Francisco de Oliveira  
126 ressaltou que é preciso que conste na referência técnica a dificuldade de participação, e solicitou ao  
127 Crepop que pense em metodologia para que seja possível viabilizar a participação de povos tradicionais  
128 nas Comissões. Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro comentou que os povos ciganos possuem toda  
129 uma estrutura, uma especificidade, uma identidade de não necessariamente estar vinculada a uma  
130 comunidade e que é importante ter informações de como se constituem. E que este ano o Crepop  
131 passará pela discussão de sua metodologia. Perguntou se para colaborar nas referências técnicas do  
132 Crepop é preciso ter o registro no Conselho Regional. Carolina Saraiva disse que, principalmente nesta  
133 referência, ela gostaria que nem fosse exigida a academia, pois o importante é verificar a vivência. Nita  
134 Tuxá lembrou que na referência técnica de povos indígenas houve o debate desta questão e que tem  
135 uma pessoa que contribuiu que é profissional de saúde, mas não é psicóloga. Indicou Ingrid de Santarém  
136 para contribuir. **Encaminhamentos:** 1) O Plenário referendou a indicação dos nomes abaixo para compor  
137 a comissão: Céu Cavalcanti (Sudeste); Abrahão de Oliveira Santos (Sudeste); Francisco Valberto dos  
138 Santos Neto (Nordeste); Keyla Mafalda de Oliveira Amorim (Nordeste); Jeanyce Gabriela Araújo  
139 (Nordeste); Rebeca Bandeira de Souza Potengy (Centro-Oeste); Miriam Cristiane Alves (Sul). 2) Nita Tuxá  
140 indicou a Psicóloga Ingrid (CRP 10 - Santarém/PA) para compor a Comissão. 3) Tarefas para o  
141 Crepop: Pensar uma metodologia em que seja possível viabilizar a participação de povos tradicionais nas  
142 Comissões; Buscar o nome da psicóloga cigana que participou da ABRAPSO, consultando-a acerca do  
143 interesse de participar da Comissão. Caso não seja possível, verificar a indicação de outra psicóloga  
144 cigana. **Ponto 10. INDICAÇÃO DE ESPECIALISTAS PARA COMPOR A COMISSÃO AD-HOC DE ELABORAÇÃO**  
145 **DA REFERÊNCIA TÉCNICA PARA ATUAÇÃO DE PSICÓLOGAS(OS) NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA (Processo Sei**  
146 **nº 576600012.000127/2023-65).** Izabel Augusta Hazin Pires contou que o Crepop recebeu a demanda de  
147 composição da comissão responsável pela elaboração da Referência Técnica para atuação de  
148 Psicólogas(os) na Educação Inclusiva e está como responsável pela comissão e coordenação das  
149 atividades. Comentou que houve tensão no grupo, com posicionamentos distintos e que conversará com  
150 Raquel Souza Lobo Guzzo e Rosana Mendes Éleres de Figueiredo e solicitou que o ponto seja pautado na  
151 próxima plenária. **Encaminhamento:** Pautar o ponto para a próxima Plenária. **Ponto 11. INICIATIVA DE**  
152 **FISCALIZAÇÃO - MNPCT E FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA REFORMA PSIQUIÁTRICA E LUTA**  
153 **ANTIMANICOMIAL (Processo Sei nº 576600034.000002/2024-68).** Erick Vieira (Aspar) disse que no dia  
154 16 (dezesesseis) de janeiro a Assessoria do Dep. Pastor Henrique Vieira entrou em contato com a  
155 Assessoria Parlamentar do CFP informando que, em março deste ano, o Mecanismo Nacional de  
156 Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT), com apoio da Frente Parlamentar em Defesa da Reforma  
157 Psiquiátrica e Luta Antimanicomial, conduzirá uma inspeção em um hospital psiquiátrico, possivelmente  
158 localizado no Distrito Federal. Disse ainda que o Conselho Regional de Psicologia – 1ª Região (CRP-01)

160 está ciente e participará da ação. Dessa forma, o grupo de organização da inspeção entendeu ser  
161 importante a inclusão do CFP neste espaço, tanto no planejamento da ação, quanto na execução. Izabel  
162 Augusta Hazin Pires disse que a Diretoria já havia conversado e indicou a Carolina Saraiva. Alessandra  
163 Santos de Almeida perguntou se a Comissão de Direitos Humanos não poderia estar junto. Carolina  
164 Saraiva comentou que já havia conversado com o pastor e dito que o Conselho Federal de Psicologia  
165 possui a Comissão de Direitos Humanos que também acompanhará a ação. **Encaminhamentos:** 1) O  
166 Plenário deliberou pela participação do CFP no grupo de organização e execução da ação de  
167 fiscalização. 2) A Conselheira Carolina Saraiva foi indicada como representante do CFP. 3) A CDH  
168 acompanhará a ação. **Ponto 12. POSICIONAMENTO SOBRE POLÍTICA NACIONAL DE PREVENÇÃO DA**  
169 **AUTOMUTILAÇÃO E DO SUICÍDIO (LEI 13.819/2019) (Processo Sei nº 576600004.000233/2019-61).** Em  
170 24 de junho de 2019, a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, instituída através  
171 da Lei n. 13.819/2019 foi pautada ao Plenário do CFP com o objetivo de formular posicionamento sobre  
172 seu teor. Entretanto, este ponto não foi discutido. Em 2023 (dois mil e vinte e três) o Conselho Federal  
173 recebeu convite da Senadora Damares Alves para participação em audiência pública, enquanto expositor,  
174 com o objetivo de discutir a Política Nacional a partir do entendimento de ser de suma importância  
175 avançar em sua implementação. Porém, o Conselho Federal de Psicologia não possui posicionamento  
176 definido sobre o tema, então declinou do convite. Ela pontuou que a Política Nacional de Prevenção da  
177 Automutilação e do Suicídio pretende se constituir enquanto "estratégia permanente do poder público  
178 para a prevenção desses eventos e para o tratamento dos condicionantes a eles associados". Elenca  
179 objetivos para ações de prevenção e promoção, bem como a "garantia do acesso à atenção psicossocial  
180 das pessoas em sofrimento psíquico agudo ou crônico, especialmente, daquelas com histórico de  
181 ideação suicida, automutilações e tentativa de suicídio". Referiu que é preciso definir um  
182 posicionamento e que há consonância com uma ação do planejamento estratégico. E também definir,  
183 caso sejamos convidados novamente, se iremos seguir declinando ou se vamos nos debruçar sobre a  
184 política. Izabel Augusta Hazin Pires disse que houve debate na reunião de Diretoria sobre a necessidade  
185 de posicionamento, e que existe uma série de pontos que precisam de debate, sendo este um deles.  
186 Ivani Francisco de Oliveira comentou que em algumas temáticas é difícil o debate. Lembrou a discussão  
187 sobre o abortamento, que foi muito qualificada, mas que não houve o fechamento de um  
188 posicionamento e que é preciso abrir novamente a discussão. Raquel Souza Lobo Guzzo ponderou que  
189 há a necessidade de posicionamento do Conselho Federal de Psicologia sobre todas as políticas e que  
190 especificamente esta política é uma política de prevenção. Destacou que, na abordagem preventivista, o  
191 conceito de mutilação está associado ao suicídio do ponto de vista teórico, denominado na abordagem  
192 preventivista, como autolesão não suicida. Pensa que o posicionamento deve ser a favor do PL, mas que  
193 as suas inconsistências devem ser apontadas. Rosana Mendes Éleres de Figueiredo disse que temos  
194 que estudar, procurar especialistas, escutar para elaborar um posicionamento. Gabriel Henrique Pereira  
195 de Figueiredo disse que esta lei possui equívocos, tais como o de desconsiderar e fragilizar as políticas de  
196 educação, da própria saúde, da assistência social e das demais políticas públicas. Pensa que, de todo  
197 modo, esse PL concorre com a política de saúde mental e que isto não é favorável. Sugeriu que um  
198 posicionamento seja elaborado, mas que, primeiramente, seja realizado diálogo com o Ministério da  
199 Saúde para entender como esta lei chegou ao Ministério. Erick Vieira (Aspar) pontuou que devemos ter  
200 uma ação propositiva. Nita Tuxá disse que é profissional de saúde, principalmente da saúde indígena,  
201 mas que a política referente ao suicídio foi muito danosa para a população indígena, pois o número de  
202 suicídios aumentou consideravelmente. E pontuou que esta é uma política de enfrentamento. Destacou  
203 os índices de suicídio em crianças de 9 (nove) anos e referiu que não sabemos fazer a pós-venção. Izabel  
204 Augusta Hazin Pires disse que é preciso uma ação e sugeriu uma *live* que aborde o assunto em diferentes  
205 frentes, e que a partir dessa *live* seja construído um documento de orientação. Alessandra Santos de  
206 Almeida informou que esteve em audiência pública, convocada pelo Deputado Pastor Henrique Vieira,  
207 sobre a saúde dos trabalhadores da segurança pública. Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro pensa  
208 que o plenário deve ter posição propositiva, para que adote posicionamento crítico à construção dessa  
209 política. Pensa também que deve ser constituído um Grupo de Trabalho Interno e considerou que a  
210 realização da *live* não é a melhor forma de iniciar o trabalho. E que a *live* que foi realizada no setembro  
211 amarelo pode ser utilizada. Roberto Chateaubriand Domingues lembrou que, da mesma forma que a  
212 política pode ser atualizada, ela pode ser desmontada. Considera que o Conselho Federal de Psicologia  
213 deve fortalecer o debate nas políticas de saúde, educação, assistência social e contribuir para a fluidez  
214 destas políticas. Ivani Francisco de Oliveira perguntou se já podemos propor um Grupo de Trabalho  
215 Interno com prazo de funcionamento e que o produto seja a elaboração de um parecer, que deve vir  
216 para a plenária para aprovação. Clarissa Paranhos Guedes lembrou que o Crepop fez uma pesquisa sobre

217 a temática, mas que ainda está em processo de preparação dos dados, mas há a perspectiva de trabalhar  
218 com estes e que a publicação está prevista para este ano, podendo este material ser utilizado. Maria  
219 Carolina Fonseca Barbosa Roseiro considerou que o ponto principal é elencar o que o Conselho Federal  
220 apoia, formar o posicionamento por meio do parecer e apresentar os pontos críticos dessa política, e  
221 pensa que a estratégia pode ser a realização de audiência pública. E que é preciso subsidiar o governo  
222 para que haja o desmonte do desmonte e que podemos trabalhar com a frente da saúde mental na  
223 articulação da audiência pública a médio prazo. Rosana Mendes Éleres de Figueiredo referiu que é  
224 importante a formação do Grupo de Trabalho Interno, mas pensa ser importante também que haja  
225 formação para o plenário sobre o tema. Raquel Souza Lobo Guzzo comentou que seria interessante a  
226 elaboração de Nota Técnica e que todos os documentos devem ser compartilhados. Ivani Francisco de  
227 Oliveira informou que Nota Técnica serve de orientação para as profissionais, mas que sobre o assunto  
228 em tela, por ser uma discussão política, a elaboração de Parecer é mais efetivo e dirá como a psicologia  
229 se posiciona sobre a política. Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro pensa que a elaboração de Nota  
230 Técnica seria interessante após a publicação da referência do Crepop. Ivani Francisco de Oliveira  
231 perguntou se é preciso a criação de Grupo de Trabalho Interno ou a elaboração ficará sob a  
232 responsabilidade das conselheiras indicadas. Ylo Fraga (STec) informou que somente para a elaboração  
233 do Parecer não é necessária a constituição do Grupo de Trabalho Interno, mas que com a sugestão de  
234 outras ações, tais como a elaboração de Nota Técnica, seria preciso a constituição do grupo. Ivani  
235 Francisco de Oliveira sugeriu que neste momento o parecer fique a cargo das conselheiras indicadas e  
236 não seja formado o Grupo de Trabalho Interno. Alessandra Santos de Almeida comentou que a análise  
237 de conjuntura é importante, mas que seria muito interessante que fosse convidada uma pessoa que fale  
238 sobre a saúde mental durante a análise de conjuntura. Ivani Francisco de Oliveira concorda com o  
239 contexto, e ressalta que esta análise de conjuntura é um elemento para contribuir com o planejamento  
240 estratégico, mas pensa que a discussão sobre a temática devia ser realizada em outro momento, talvez  
241 na plenária de março. Célia Mazza de Souza disse que o posicionamento do Conselho Federal de  
242 Psicologia pode ser o de ter um olhar crítico sobre a lei, fundamentado nas políticas públicas já  
243 existentes de saúde, educação, segurança pública, dentre outras. **Encaminhamentos:** 1) Na Plenária de  
244 março, deve-se garantir um momento formativo para o Plenário do CFP. 2) Produzir um parecer, com o  
245 posicionamento do CFP. O parecer seguirá para apreciação final do Plenário. 3) Foram designadas as  
246 seguintes Conselheiras: Gabriel Henrique Pereira de Figueiredo, Raquel Souza Lobo Guzzo, Roberto  
247 Chateaubriand Domingues, Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro, Alessandra Santos de Almeida e  
248 Nita Tuxá. 4) O CFP deve dialogar com o Ministério da Saúde (MS), de modo a entender os impactos da  
249 lei nas políticas de saúde existentes. 5) O posicionamento do CFP deve ter um olhar crítico diante da lei,  
250 fundamentado nas políticas de saúde, educação, entre outras. Destacar: substituição do termo  
251 “automutilação” por “autolesão não suicida”; requisitos da Lei 13.935/2019; que a Lei desconsidera e  
252 fragiliza a política de saúde mental e as demais políticas de assistência psicossocial; demais pontos  
253 levantados durante o diálogo com o Ministério da Saúde. Obs.: Solicitar a Raquel Guzzo cartilha  
254 produzida sobre o tema. **Ponto 13. DEFINIÇÃO DO TEMA E DE PERFIL DA CER PARA A PRÓXIMA EDIÇÃO  
255 DA REVISTA DIÁLOGOS – 2024 (Processo Sei nº 576600013.000001/2024-61).** Juliana de Barros  
256 Guimarães referiu que fizeram a pauta rapidamente para que já seja iniciado o ano de 2024 (dois mil e  
257 vinte e quatro) com a aprovação e definição do tema e pautas da próxima e que a última edição foi  
258 destinada aos 50 anos da psicologia. Informou que ano passado foi aprovada a Portaria sobre a Revista  
259 Diálogos e nela consta a Comissão Nacional que tem a duração da gestão e a Comissão Regional que é  
260 constituída em cada edição e que a intenção é que a Comissão Regional abarque todos os Conselhos  
261 Regionais. Sublinha que as propostas de tema são: Psicologia e a crise climática, Psicologia e a violência  
262 nas escolas (Psicologia Escolar), Psicologia e o uso de novas tecnologias na profissão, Psicologia e o uso  
263 terapêutico de cannabis e psicodélicos e Aniversário de 20 anos da Revista Diálogos (matéria de capa).  
264 Alessandra Santos de Almeida elogiou a temática e achou interessante a forma como foi posta, mas  
265 queria destacar a questão de gênero e como as mulheres são vulnerabilizadas. Outro debate que  
266 considera relevante é sobre as emergências climáticas, e que há um debate importante e uma série de  
267 acontecimentos que dizem respeito à justiça ambiental que é para além das emergências. Perguntou  
268 também sobre a possibilidade de incluir a questão do assédio no ambiente de trabalho. Maria Carolina  
269 Fonseca Barbosa Roseiro pensou que o termo “crise climática” é complicado, o termo crise não é  
270 climática, é crise do modo de produção, do modelo econômico. Na parte do bem viver, uma linha  
271 importante é pensar na linha da ancestralidade. Na parte da violência das escolas, o debate que temos  
272 tentado pautar é justamente a despatologização e pensa que podemos abarcar os discursos de ódio na  
273 temática da violência nas escolas. Na temática das tecnologias, sugere incluir a questão do

274 enfrentamento ao assédio moral e sexual no ambiente de trabalho. Sobre a discussão da ética, ponderou  
275 quais as éticas estarão relacionadas ao futuro da psicologia. Neuza Maria de Fátima Guareschi  
276 perguntou quantos números serão publicados por ano, destaca que há várias temáticas que não foram  
277 contempladas, tais como a relação que vem sendo construída com as cidades, ocupações urbanas,  
278 relação com a terra. Sobre a temática de violência nas escolas, considera que seria preciso uma edição  
279 toda para este tema, dada a grandiosidade. Acha também que os temas devem ser divididos por eixos e  
280 exemplificou alguns eixos que podem ser criados. Considera que a temática da revista deve ser única.  
281 Fabiane Rodrigues Fonseca destacou as comunidades ribeirinhas e sua relação com a terra, enaltece que  
282 estas devem ser incluídas nos povos tradicionais. Izabel Augusta Hazin Pires considera que a temática a  
283 ser abordada é o impacto da tecnologia na psicologia. Jefferson de Souza Bernardes disse que está  
284 confuso com este ponto, pois foram abertos vários quesitos. Comentou que a Revista Diálogos é um  
285 diálogo com a categoria e que não deve ter um caráter cientificista. Pensa que deve ser feita mais de  
286 uma edição ao ano, mas que inicialmente deve ser discutida a Política de Comunicação do Conselho  
287 Federal de Psicologia. Juliana de Barros Guimarães explicou sobre os fluxos da revista e a constituição  
288 das comissões. Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro referiu que tem muita dificuldade em escolher  
289 entre as tecnologias e a questão da justiça ambiental. Sugere que sejam feitas duas edições ao ano. Mas  
290 que se não for possível, que deve ser eleita uma temática que seja mais importante para a categoria.  
291 Pensa que é mais importante a discussão sobre as tecnologias, mas que pode abordar a justiça  
292 ambiental. Lembrou sobre as comunidades terapêuticas, que igualmente podem ser abordadas as  
293 temáticas dos psicodélicos e da ancestralidade. Raquel Souza Lobo Guzzo salientou a política de  
294 comunicação do Conselho Federal e que devemos definir os eixos e ter em mente o para quê e o porquê.  
295 Há que se definir os temas que possuem mais impacto na psicologia e sugeriu fazer um mapeamento,  
296 um ranking. Acha que tanto a Revista Diálogos quanto a Revista Ciência e Profissão devem ter eixos e que  
297 deve ser publicada mais de uma edição ao ano. Alessandra Santos de Almeida pensa que o tema do uso  
298 das tecnologias é um tema urgente e que deve abranger mais de um artigo da revista e compreender a  
299 área técnica. Juliana de Barros Guimarães pensa que as revistas devem ser enviadas aos Conselhos  
300 Regionais e que em 2024 (dois mil e vinte e quatro) há a previsão de uma edição multidigital. Célia  
301 Mazza de Souza lembrou que houve solicitação em Apaf de que fossem mantidas as impressões das  
302 revistas, pois há muitos locais que não possuem acesso à internet. Juliana de Barros Guimarães falou da  
303 necessidade de constituir a Comissão Editorial Regional e procedeu à leitura da Portaria que constitui a  
304 Comissão. Disse que há critérios para que a Comissão seja constituída e que é preciso aprovar estes  
305 critérios. Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro disse que é preciso acrescentar os povos tradicionais  
306 nos critérios. Ivani Francisco de Oliveira perguntou como será comprovada a experiência e que isto deve  
307 estar explícito. Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro disse que a atuação nos Conselhos é uma coisa e  
308 que a atuação em campo é outra e que os Conselhos Regionais devem levar isso em consideração.  
309 **Encaminhamentos:** 1) Em relação a proposta de pauta para a próxima edição da Revista Diálogos, o  
310 Plenário fez as seguintes sugestões: Incluir a questão de gênero na temática de emergências e desastres;  
311 ressaltar a importância das mulheres na construção de espaços de resistência e pontuar o quanto são  
312 vulnerabilizadas nesses espaços; Rever o termo “crise climática”; Para além das emergências, apresentar  
313 o tema de justiça ambiental; Relação que vem sendo construída com as cidades, ocupações urbanas,  
314 modo de produção e ambiente, exclusão do território, subjetividades; pensar o futuro pela  
315 ancestralidade, resgate de cultura e bem viver; desafio para o futuro da Psicologia: enfrentamento ao  
316 discurso de ódio. Incluir a despatologização na discussão da violência nas escolas e sobre as guerras  
317 contemporâneas; na discussão das tecnologias, incluir a questão do enfrentamento ao assédio moral e  
318 sexual no ambiente de trabalho; no tópico da Ética, destacar qual ética queremos construir para o futuro  
319 da psicologia; incluir as comunidades ribeirinhas na descrição dos povos tradicionais; contraposição  
320 entre comunidades rurais e urbanas; sugere-se que a Revista Diálogos aborde, como tema central, a  
321 questão das Tecnologias ou Psicologia Ambiental. 2) Se possível, as temáticas devem ser distribuídas em  
322 duas edições da Revista. Cada edição deve apresentar um eixo específico. 3) As experiências exigidas  
323 (perfil) dos membros da Comissão Editorial Regional foram referendadas pelo Plenário. **Ponto 14. 3ª**  
324 **EDIÇÃO DA MOSTRA NACIONAL DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA NO SUAS (2024) (Processo Sei nº**  
325 **576600003.000006/2024-11).** Neuza Maria de Fátima Guareschi informou que o Conselho Federal de  
326 Psicologia (CFP), por meio da sua Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social (CONPAS/CFP),  
327 em articulação com os Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs), realizou, respectivamente em 2019 e  
328 em 2022, a 1ª e a 2ª edição da Mostra Nacional de Práticas em Psicologia no Sistema Único de  
329 Assistência Social, espaço para compartilhamento, reflexão e construção de experiências, saberes e  
330 práticas sobre a presença da Psicologia na Política Pública de Assistência Social. O objetivo geral da

331 Mostra tem sido o de possibilitar e promover a construção coletiva de referências e aprimoramentos  
332 para o fazer ético-político da psicóloga, de forma a pensar a atuação nos serviços, na gestão e no  
333 controle social da assistência social. Considerando a repercussão positiva das edições já realizadas, a  
334 CONPAS propõe, nesta oportunidade, a realização de uma 3ª edição do evento. Seguindo um formato de  
335 etapas regionais, a Mostra é realizada nas cinco regiões do país, sendo sempre sediada por um dos CRPs  
336 integrantes de cada região. Quanto ao tema para a Mostra, ainda será oportunamente definido. Pontuou  
337 que é preciso que a plenária aprove. E que é um momento que as profissionais da assistência social  
338 aguardam com ansiedade, pois é um momento de conversas e trocas de experiências. Pensa que a  
339 Mostra pode ser realizada entre junho e julho/2024. Referiu que o grande tema é o trabalho da  
340 Psicologia no SUAS, que os temas regionais serão definidos nas regiões e que os eixos seguem as grandes  
341 temáticas da assistência social. Pediu a reformulação orçamentária, pois com o valor orçado de  
342 R\$100.000,00 (cem mil reais) não será possível a realização da Mostra, mesmo com as contrapartidas.  
343 Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro apoia a reformulação orçamentária da Mostra e destaca que  
344 estão construindo, pelo Crepop, a referência técnica do SUAS e que está a passos lentos pois há nova  
345 tipificação do SUAS, e solicitou que na Mostra seja abordada esta questão . Ivani Francisco de Oliveira  
346 destacou que quando estiver chegando perto da Apaf que pode avaliar a necessidade de reformulação  
347 orçamentária. **Encaminhamentos:** O Plenário aprovou a proposta relativa à 3ª edição da Mostra Nacional  
348 de Práticas em Psicologia no SUAS, em 2024. **Ponto 15. TRANSFORMAÇÃO DE NOTA DE**  
349 **POSICIONAMENTO SOBRE APOIO À DESINSTITUCIONALIZAÇÃO EM OFÍCIO DE INCIDÊNCIA**  
350 **INSTITUCIONAL (Processo Sei nº 576600003.000414/2023-84).** Carolina Saraiva comentou que em  
351 novembro de 2023 (dois mil e vinte e três), pacientes do hospital psiquiátrico Hospital São Vicente de  
352 Paulo (HSVp) tentaram fugir da unidade, e que 5 (cinco) deles concluíram a fuga. Tal fato ocorreu em  
353 meio a uma greve dos vigilantes do hospital, e evidencia a situação crítica do modelo manicomial  
354 existente no Distrito Federal (DF), que mantém atualmente quatro hospitais de referência para  
355 internações psiquiátricas. Diante disso, o Conselho Regional de Psicologia do Distrito Federal (CRP  
356 01/DF), por meio da Comissão Permanente de Direitos Humanos, Saúde Mental e Políticas Sociais  
357 (CDHSMPS), emitiu a “Nota de posicionamento: CRP 01/DF em defesa da desinstitucionalização e do  
358 cuidado em liberdade em Saúde Mental”, manifestando apoio ao processo de desinstitucionalização no  
359 Distrito Federal. Comentou também que estava no Conade e foi procurada pelo CRP 01 para que  
360 apoiasse e assinasse a Nota. As conselheiras de referência para o tema da Saúde Mental no CFP tomaram  
361 ciência da referida Nota e solicitam à diretoria autorização para elaborar Nota de posicionamento do CFP  
362 em apoio ao processo de desinstitucionalização em saúde mental do Distrito Federal, considerando o  
363 contexto de necessário fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) local. Pensa que deve ser  
364 feito um diálogo, uma incidência com o Ministério da Saúde e que a desinstitucionalização deve abranger  
365 todas as instituições do país. Ivani Francisco de Oliveira leu os dois últimos parágrafos da Nota.  
366 **Encaminhamento:** Alterar o último parágrafo da Minuta para: “promovam cuidado em liberdade,  
367 autonomia e cidadania”. **Ponto 16. INFORME: ORGANIZAÇÃO DAS AÇÕES EM COMEMORAÇÃO PELOS**  
368 **25 ANOS DA RESOLUÇÃO 01/99 (Processo Sei nº 576600005.000481/2023-89).** Roberto Chateaubriand  
369 Domingues informou sobre a reunião realizada para a organização das ações em comemoração aos 25  
370 anos da Resolução CFP nº 01/99, em que foram suscitadas diversas ideias para essas celebrações e uma  
371 das conclusões que chegaram é que não será possível a realização em somente um dia, previamente  
372 marcado para o dia 22 (vinte e dois) de março. Outra questão é que não teriam tempo hábil para  
373 programar o seminário, então pensa que poderia ser realizado em junho que é o mês do orgulho  
374 LGBTQIA+. Pensaram no dia 22 (vinte e dois) de março fazer um evento tal qual foi feito na Comissão de  
375 Direitos Humanos e trazer os Conselhos Regionais com o objetivo de reafirmar a importância da  
376 Resolução CFP nº 01/1999, sua história. Pediu também que as conselheiras que coordenam os Grupos de  
377 Trabalho que possam pensar se há a interface com o escopo da Resolução nº 01/1999 nos Grupos. Pensa  
378 também que é importante fazer esse chamamento para evitar a segmentação das temáticas. Lembrou  
379 que no dia 22 (vinte e dois) de março será realizada a plenária e que é preciso rever esta data.  
380 **Encaminhamentos:** As áreas técnicas devem levantar as discussões que estão em andamento nos  
381 Grupos de Trabalho e verificar se tem interface com o escopo da Resolução nº 01/1999. **Ponto 17. II**  
382 **COMIGRAR E CONFERÊNCIA NACIONAL LIVRE DE PSICÓLOGOS QUE ATUAM COM MIGRAÇÕES,**  
383 **REFÚGIO E APATRIDIA (ponto inserido na hora).** Clarissa Paranhos Guedes informou que o CRP 04 e  
384 outros Conselhos Regionais solicitaram ao Conselho Federal a realização de Conferência Livre sobre a II  
385 Conferência Nacional e que ela foi indicada como a conselheira de referência devido ao Seminário do  
386 Crepop, que uma reunião já foi realizada e a proposta é que a Conferência Livre aconteça de forma  
387 remota no dia 13 (treze) de março e quer aproveitar o ensejo para lançar a publicação do Seminário do



388 Crepop sobre o tema. **Não houve encaminhamentos. Ponto 18. INFORME: PARTICIPAÇÃO DO CFP NA**  
389 **CONAE - CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (Ponto inserido na hora).** Ivani Francisco de Oliveira  
340 disse que o Conselho Federal de Psicologia estará presente na CONAE, e que ela e Rosana Mendes Éleres  
341 de Figueiredo estarão presentes. **Encaminhamentos:** Ivani Oliveira informou que o CFP estará presente  
342 na Conferência. Participarão: Rosana Mendes Éleres de Figueiredo e Ivani Francisco de Oliveira. O  
343 primeiro dia da reunião plenária foi encerrado às treze horas e dez minutos. Esta ata foi lavrada por mim,  
344 Izabel Augusta Hazin Pires, Conselheira-Secretária, e assinada por todas as presentes  
345 nomeadas. \_\_\_\_\_  
346 *Nota: [1] No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é*  
347 *composta por mulheres, a Apaf optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem*  
348 *palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritas', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.*



Documento assinado eletronicamente por **Izabel Augusta Hazin Pires, Conselheira(o) Suplente**, em 29/04/2024, às 12:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Clarissa Paranhos Guedes, Conselheira(o) Suplente**, em 29/04/2024, às 12:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jefferson de Souza Bernardes, Conselheira(o) Suplente**, em 29/04/2024, às 12:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juliana de Barros Guimarães, Conselheira(o)**, em 30/04/2024, às 17:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabiane Rodrigues Fonseca, Conselheira(o) Suplente**, em 02/05/2024, às 18:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carolina Saraiva, Conselheira(o) Secretária(o)**, em 03/05/2024, às 15:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ivani Francisco de Oliveira, Conselheira(o)**, em 03/05/2024, às 17:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rosana Mendes Éleres de Figueiredo, Conselheira(o)**, em 04/05/2024, às 14:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Célia Mazza de Souza, Conselheira(o) Tesoureira(o)**, em 06/05/2024, às 15:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro, Conselheira(o) Suplente**, em 08/05/2024, às 11:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Neuza Maria de Fátima Guareschi, Conselheira(o)**, em 08/05/2024, às 15:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).





Documento assinado eletronicamente por **Antonio Virgilio Bittencourt Bastos, Conselheira(o)**, em 08/05/2024, às 16:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alessandra Santos De Almeida, Conselheira(o) Vice-Presidente**, em 08/05/2024, às 16:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Chateaubriand Domingues, Conselheira(o) Secretária(o)**, em 08/05/2024, às 18:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edilaise Santos Vieira, Conselheira(o) Suplente**, em 09/05/2024, às 08:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carla Isadora Barbosa Canto, Conselheira(o)**, em 10/05/2024, às 13:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gabriel Henrique Pereira de Figueiredo, Conselheira(o) Suplente**, em 13/05/2024, às 11:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Raquel Souza Lobo Guzzo, Conselheira(o)**, em 15/05/2024, às 14:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marina De Pol Poniwas, Conselheira Suplente**, em 16/05/2024, às 20:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.cfp.org.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.cfp.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1555238** e o código CRC **9A3C524D**.